



Handwritten signature and initials.

ACTA DE REUNIÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL Data: 2016/04/19

Acta n.º 04/RH//2016

Hora: 14h00

Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de assistente técnico (Recursos Humanos), do mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública.

Área: Administração e Finanças

N.º de Vagas:1

Publicado:

Aviso n.º 2989/2016, publicado no DR, 2.ª Série - N.º 47 - 07 de Março de 2016
BEP - OE201603/0101.

Júri:

Presidente - Rita Margarida Cardoso Vieira, Chefe de Área de Administração e Finanças dos SSPSP;
1.º Vogal Efetivo - Maria do Carmo Almeida Garcia da Cruz, Técnica Superior da Secção de Recursos Humanos da Área de Administração e Finanças dos SSPSP;
2.º Vogal Efetivo - Ana Paula Marques Fernandes Simão, Técnica Superior do Gabinete Jurídico dos SSPSP.

1. Apreciação e deliberação sobre as alegações apresentadas em sede de audiência prévia.

Realizada a audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril verificou-se que quatro candidatos, **Teresa Maria Pinto Monteiro Almeida Mendes, Maria Inês de Assunção Gravata Fernandes Vidigal, Sérgio Filipe da Silva Castanheira e Bernardete Luis da Silva Farinha**, exerceram o direito de participação de interessados, dentro do prazo legalmente fixado, nos termos dos documentos em anexo.

Sobre as alegações apresentadas o júri deliberou, por unanimidade, manter a decisão de excluir **os candidatos** considerando os seguintes fundamentos:

I - Prevê o n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que a tramitação do procedimento concursal, incluindo a do procedimento destinado a constituir reservas de recrutamento em cada órgão ou serviço ou em entidade centralizada, é regulamentada por portaria do membro do Governo responsável pela área da administração Pública.

II - Essa regulamentação está assim prevista na Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril.



Handwritten signature/initials.

III - Efectivamente, a alínea f) do n.º 3 do artigo 19.º, sob a epígrafe "*Publicitação do procedimento*", refere que a publicação integral contem, designadamente, elementos como, a indicação sobre a necessidade de se encontrar previamente estabelecida uma relação jurídica de emprego publico e, em caso afirmativo, sobre a sua determinabilidade.

IV - Tal não foi referido no aviso de abertura do procedimento concursal, pois o órgão competente para autorizar a abertura do procedimento concursal, atendeu que o disposto no n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, era imperativo e que prevalecia sobre toda a legislação específica, que refere que *"... os serviços da administração direta e indireta do Estado, bem como os órgãos e serviços de apoio do Presidente da República, da Assembleia da República, dos tribunais e do Ministério Público e respectivos órgãos de gestão e dos outros órgãos abrangidos pelo âmbito de aplicação objectivo definido no artigo 1.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado ou a termo, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, sem prejuízo do disposto no número seguinte."*

V - O n.º 2 do citado artigo refere que *"em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem autorizar a abertura de procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:*

- a) Existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderando, designadamente, a eventual carência dos recursos humanos no setor de atividade da Administração Pública a que se destina o recrutamento, bem como a evolução global dos recursos humanos do ministério de que depende o órgão ou serviço;*
- b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, ou por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade;*
- c) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente;*
- d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;*
- e) Parecer prévio favorável do membro do Governo de que depende o serviço ou o organismo que pretende efetuar o recrutamento.*



[Handwritten signature]

VI - Tal possibilidade de recurso a candidatos que não possuíssem um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, teria que ser precedida de um despacho autorizador, que esse sim, conforme decorre do disposto na alínea g) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, teria que constar no aviso de abertura, referindo a norma deste artigo que a publicação integral contém, ***“...a indicação do parecer dos membros do Governo, quando possam ser recrutados trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego publico previamente estabelecida.”***

VII - ***Conforme decorre do n.º 2 do artigo*** artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, à data da abertura do procedimento concursal, não se tratava de um mero parecer mas de um despacho autorizador, situação que não foi prevista, pois não era intensão destes serviços. Recrutar trabalhadores sem ***vínculo de emprego público por tempo indeterminado.***

VIII - A expressão da obrigatoriedade ***vínculo de emprego público por tempo indeterminado*** não foi referida no aviso de abertura, uma vez que o artigo 48.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, prevê que nos procedimentos concursais publicitados ao abrigo e nos termos do disposto nos n.os 4 a 6 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o recrutamento efetua-se, sem prejuízo das preferências legalmente estabelecidas, pela seguinte ordem:

- a) Candidatos aprovados com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido;
- b) Candidatos aprovados, sem vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, relativamente aos quais seja estabelecido, por diploma legal, o direito de candidatura a procedimento concursal exclusivamente destinado a quem seja titular dessa modalidade de vínculo, designadamente a título de incentivos à realização de determinada actividade ou relacionado com titularidade de determinado estatuto jurídico;
- c) Candidatos aprovados com vínculo de emprego público a termo ou estagiários que tenham obtido aproveitamento com avaliação não inferior a 14 valores no Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central e no Programa de Estágios Profissionais na Administração Local;
- d) Candidatos sem vínculo de emprego público previamente estabelecido.

IX - Dispondo no entanto o n.º 2 do referido artigo 48.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que os candidatos a que se refere a alínea b) do número anterior não podem ser opositores a procedimentos concursais exclusivamente destinados a trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, considerando-se suspensas todas as disposições em contrário.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

X - **Excluindo desta previsão os candidatos** que se encontrem ao abrigo do disposto no artigo 30.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, e no n.º 8 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, durante o ano de 2015.

XI - Estes são candidatos não possuem "... relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previamente estabelecida, **mas é admissível a sua candidatura.**

XII - Face ao que antecede, e sem os serviços estarem munidos de despacho autorizador que lhe permitisse recrutar trabalhadores sem **vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a sua aceitação par efeitos de realização dos métodos de selecção, é ilegal, considerando que legalmente os serviços não o podem fazer, e nem nunca foi sua intenção.**

XIII - Note-se que na dúvida, e antes de concorrerem, poderiam os interessados questionar os serviços, caso tivessem alguma dúvida sobre o assunto, pois é dever da administração prestar todos os esclarecimentos necessários à boa compreensão dos documentos administrativos, não havendo contudo nenhum pedido de esclarecimento sobre este assunto.

2. Lista definitiva dos candidatos excluídos

Apreciada e deliberada sobre a alegação apresentada por um candidato excluído, o júri aprovou, por unanimidade a lista definitiva dos candidatos excluídos ao presente procedimento concursal apensa ao anexo único a esta ata.

O júri deliberou ainda notificar os candidatos excluídos da lista de candidatos admitidos e excluídos, nos termos do n.º 6 do artigo 31.º, conjugado coma a alínea a) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril

3. Convocação dos candidatos admitidos para a realização da prova de conhecimentos

Por fim, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e em cumprimento do calendário constante da ata n.º 2, o júri deliberou notificar os candidatos admitidos para a realização da prova de conhecimentos a realizar dia 02/05/2016, pelas 10h00, na Sede dos SSPSP sita na Rua de Xabregas, n.º 44, 1949-017 Lisboa.

E nada mais havendo a tratar o júri deu por encerrada a reunião, lavrando a presente ata que vai assinada nos termos legais.



Ricardo Augusto da Silva

Presidente do Júri

Guaraciara Cruz

1.º Vogal Efetivo

Queluz

2.º Vogal Efetivo



Handwritten signature and initials.

Anexo Único

Lista definitiva de candidatos admitidos e excluídos

N.º de candidato	Nome	Deliberação do Júri	Fundamento Legal	Método de seleção
1	CLAUDIA DANIELA NANDE COSTA	EXCLUÍDO	c)	N.a.
2	MARIA INES ASSUNÇÃO GRAVATA FERNANDES BELCHIOR VIDIGAL	EXCLUÍDO	a)	N.a.
3	ANA CATARINA REIS BRITO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
4	NUNO FERNADES MARTINS	EXCLUÍDO	b)	N.a.
5	MIGUEL ALEXANDRE MENDES SOBREIRA	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
6	HELENA MARIA VIEIRA DOS SANTOS	EXCLUÍDO	a)	N.a.
7	TELMA FILIPA DIAS SERRALHEIRO MARTINS	EXCLUÍDO	a)	N.a.
8	ALGERINA SONIA MENESES BAPTISTA SOUSA	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
9	JEREMIAS FERNANDES TAVARES	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
10	CATIA ISABEL MARTINS LAMPREIA	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
11	GONÇALO AFONSO DE OLIVEIRA CORCEIRO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
12	RUTE ALEXANDRA SOUSA GAMBOA	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
13	ANA RITA OLIVEIRA BISCOITO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
14	MARINA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
15	TERESA JOAO BERNARDES DE JESUS MARQUES	EXCLUÍDO	b)	N.a.



Handwritten signature and initials.

16	CATARINA ISABEL ANTUNES COUCEIRO LOURENÇO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
17	ANA RAQUEL DOS SANTOS OLIVEIRA	EXCLUÍDO	a)	N.a.
18	MANUEL FRANCISCO DELGADO GARCIA	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	A.C.
19	MAFALDA DE SOUSA FERREIRA SIMÕES	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
20	TERESA MARIA PINTO MONTEIRO ALMEIDA MENDES	EXCLUÍDO	a)	N.a.
21	NUNO MIGUEL GOMES PEDRO DOS SANTOS AFONSO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
22	FILIFE MIGUEL NETO EUSÉBIO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
23	MARIA IRENE CARVALHO DIAS	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
24	SÂNZIA MARIA CESÁRIO DOS SANTOS HENRIQUES	EXCLUÍDO	b)	N.a.
25	PAULO ALEXANDRE MARTINS FIDALGO	EXCLUÍDO	a)	N.a.
26	MARIA CATARINA DO AMARAL COSTA	EXCLUÍDO	a)	N.a.
27	VANESSA RITA SOARES DELGADO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
28	SERGIO FILIFE DA SILVA CASTANHEIRA	EXCLUÍDO	a)	N.a.
29	MARIA JOANA FERRAO SCOSS	EXCLUÍDO	a)	N.a.
30	MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES SEVERINO	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
31	CELIA MARIA MARQUES AZEVEDO MENDES	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	PC
32	CRISTINA MARIA DA ROSA BISPO	EXCLUÍDO	a)	N.a.
33	BERNARDETE LUIS DA SILVA FARINHA	EXCLUÍDO	a)	N.a.

SERVIÇOS SOCIAIS
POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA



Handwritten signature and initials.

34	PAULA ALEXANDRA GOMES MONTEIRO DA COSTA	ADMITIDO	Por reunir os requisitos gerais de admissão	AC
35	VANDA ISABEL RAMOS FERREIRA PRAZERES	EXCLUÍDO	b)	N.a.
36	VANESSA ALEXANDRA CARVALHO FERREIRA DE SOUSA GOUVEIA	EXCLUÍDO	a)	N.a.

Legenda dos motivos de exclusão:

- a) Candidatos não detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.
- b) Não tendo estes Serviços solicitado parecer prévio favorável aos Membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e Administração Pública, são excluídos os trabalhadores das administrações regionais e autárquicas, por força do disposto no n.º 1 do artigo 47.º e no n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro.
- c) Não envio dos documentos conforme elencados nos pontos 9.3. e 9.4. do Aviso de Abertura.

AC = Avaliação Curricular

N.a. = Não aplicável

PC = Prova de conhecimentos



EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

2989/SS/2016
Data 01/09/2016

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicação do procedimento

Código de candidato

2989/2016

A preencher pela entidade empregadora

Secretário-geral
Chefe da Área Financeira e Patrimonial
Chefe da Área de Ação Social
Núcleo de Apoio Geral

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do

candidato:

MARIA INÊS DE ASSUNÇÃO

GRAVATA FERNANDES BELCHIOR VÍDIAL

CANDIDATURA A:

Carreira Assist. Técnico Categoria Assistente Técnico

Área de actividade Recursos Humanos

FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Notificação do Projeto de lista de Candidatos Admitidos/Excluídos

ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

Exmos. Srs.,
fui notificada da exclusão do presente concurso, por não se detentarem de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, previamente estabelecida.
Ora, o aviso de abertura de concurso, não refere, em nenhuma das suas partes, a obrigatoriedade ou requisito para admitir a concurso de titularidade de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado. O ponto 9.4. do aviso de abertura do concurso, refere que "...os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público, PARA ALÉM DOS ELEMENTOS ACIMA INDICADOS deverão apresentar...", e mais adiante, o ponto 7.4 do aviso, inferindo-se que nem só aos mesmos se dirige o presente concurso. De acordo com o Art. 17º da Lei 35/2014, preencho todos os requisitos para a constituição do vínculo de emprego

Deste modo, deverei ser admitido ao presente concurso, por preencher os devidos requisitos exigidos pelo ato de abertura do mesmo, pois não há motivo legal para a minha exclusão.

Validity of

DECISÃO DO JÚRI

Indeferimento

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

[illegible][illegible]

1

1

2

3



EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicitação do procedimento

AVISO 2989/2016

Código de candidato

A preencher pela entidade empregadora

20

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do

candidato:

TERESA MARIA PINTO MONTEIRO

ALMEIDA NUNES

CANDIDATURA A:

Carreira Assistente Técnico Categoria Assistente Técnico

Área de actividade Sergão Recursos Humanos

FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Verificação dos requisitos gerais e específicos

ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

Venho por este meio contestar o motivo de exclusão da minha candidatura do procedimento concursal publicado no aviso n.º 2989/2016 no Diário da República.

De acordo com o ponto 9.3 do presente aviso que indica os documentos que devem acompanhar o formulário de candidatura, sob pena de exclusão, não há nenhum que exija comprovativo de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

Só no ponto 9.4, e excepcionalmente, para os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público são solicitadas adicionalmente declarações emitidas pelo organismo ou serviço onde os candidatos exercem funções.

Assim sendo e para formalizar a candidatura tanto entregue os documentos solicitados no ponto 9.3.



O facto ^{de} não ter relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado não é motivo de exclusão de nenhuma candidatura.

Presendes

DECISÃO DO JÚRI

Deferimento ☐

Indeferimento ☐

Fundamentação da decisão

O Júri

Em: _____



SERVIÇOS SOCIAIS
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Entrada nº 3444/SS/2016

Data 15/04/2016

Destinatários

Secretário-geral ☒

Subsecretário-geral ☐

Chefe da Área de Ação Social ☐

Núcleo de Apoio Geral ☐

Recebido em / /

Assinatura

EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicitação do procedimento

Código de candidato

A.N.º 2989/2016

A preencher pela entidade empregadora

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do
candidato:

BERNARDETE LUIS DA SILVA

FARINHA

CANDIDATURA A:

Carreira Assistente Técnico/a Categoria Assistente Técnico/a

Área de actividade Administração e Finanças - Secção de Recursos Humanos

FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Candidaturas admitidas e excluídas provisoriamente

ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

Considero que a exclusão da minha candidatura se deve a erro do mero engano, uma vez que o fundamento invocado para tal acontecimento é ilegal.

Com efeito, a exigência de detenção prévia de relação jurídica de emprego público não se encontra prevista no ponto 7, relativo ao requisito de admissão ao concurso em causa, do respectivo aviso de abertura publicado no Diário da República.

Termo em que solicito, muito respeitosamente, a devida re-admissão da minha candidatura.



DECISÃO DO JÚRI

Deferimento ☐

Indeferimento ☐

Fundamentação da decisão

O Júri

Em: _____

EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicação do procedimento

BEP-OE201603/0101/Aviso n 2989/2016

Código de candidato

A preencher pela entidade empregadora

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do

candidato:

S é r g i o F i l i p e d a S i l v a

C a s t a n h e i r a

CANDIDATURA A:

Carreira Assistente Técnico

Categoria Assistente Técnico

Área de actividade Secção de Recursos Humanos da Área de Administração e Finanças

FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Admissão a concurso - apreciação de candidaturas

ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

O requerente, notificado por correio electrónico - mensagem recebida em 1 de Abril de 2016 - da sua exclusão da lista de candidatos admitidos ao concurso publicado em DR, 2a série - n.º 46, de 7 de Março de 2016 - Aviso n.º 2989/2016 - vem pelo presente apresentar a sua reclamação quanto ao motivo alegado para a sua exclusão: «a) Candidatos não detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida».

Porquanto, o aviso de abertura em questão, nomeadamente no seu número 7 «requisitos de admissão» não prevê esse requisito - que, de resto, a ser requisito determinante, deveria constar da publicação do concurso de forma clara, conforme se prevê, entre outros, na alínea f) do n.º 2 do art.º 19.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

Mormente, com o devido respeito, e salvo melhor opinião, a verificação dos requisitos gerais e específicos dos candidatos - conforme refere a ACTA n.º 03/RH/2016, de 2016/03/31 - não se pode resumir aos pontos 9.3 e 9.4 do aviso de abertura.

Mais, o ponto 9.4 aplica-se a quem seja titular de uma relação jurídica de emprego público; já por sua vez, o ponto 9.3, aplicar-se-á quer a quem seja titular desse tipo de relação jurídica, quer a quem não o seja; de contrário, não faria sentido a existência destes dois números, tão pouco, a redacção da primeira parte do ponto 9.4 que refere que «os candidatos titulares de relação jurídica de emprego público, para além dos elementos [...]» enfase nossa no «para além», que faz supor que aos restantes candidatos não se aplica este «dever».

Antecipadamente grato pela atenção dispensada,

Aguarda deferimento.

Sergio Castañeda

Deferimento



Indeferimento

1000

Fundamentação da decisão

1. The first part of the document is a title page. It contains the title of the document, the author's name, and the date of the document.

2. The second part of the document is an abstract. It provides a brief summary of the main points of the document.

3. The third part of the document is the main body. It contains the detailed discussion of the topic.

4. The fourth part of the document is a conclusion. It summarizes the findings of the study and provides recommendations.

5. The fifth part of the document is a bibliography. It lists the sources used in the study.

6. The sixth part of the document is an appendix. It contains additional information that is not included in the main body of the document.

7. The seventh part of the document is a list of figures. It provides a list of the figures included in the document.

8. The eighth part of the document is a list of tables. It provides a list of the tables included in the document.

9. The ninth part of the document is a list of references. It provides a list of the references used in the study.

10. The tenth part of the document is a list of keywords. It provides a list of the keywords used in the study.

Em:

2